

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR: ESTUDO EXPLORATÓRIO EM REVISTAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO (2004-2012)

Jonas Leonardo Mesquita de Amorim (UERN)¹

Arlene Maria Soares de Medeiros (UERN)²

Allan Solano Souza (UERN)³

RESUMO: Este texto debate sobre a Gestão escolar e sua democratização partindo de artigos publicados na Revista Educação e Sociedade e na Revista Brasileira de Educação no período de 2004-2012, com o objetivo de compreender como vem ocorrendo a participação da família. Este trabalho faz parte da pesquisa intitulada: Investigando a Escola Pública sob a perspectiva da família, financiada pela FAPERN e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade – GEPEES e com bolsa de Iniciação Científica do CNPq. A participação dos pais é fundamental para o processo de democratização da gestão escolar, tornando-se fundamental o levantamento de dados com os pais para entender como eles participam deste processo. A metodologia utilizou-se de um levantamento bibliográfico nos referidos periódicos, seguido de leitura, fichamento e discussão com a equipe da pesquisa. Conclui-se parcialmente que é preciso um sistema de ensino que contenham políticas e ações articuladas.

Palavras-Chave: Participação dos Pais. Educação. Democratização.

Introdução

Os primeiros estudos realizados ao modo organizacional das escolas se deram na década de 1930, mas não tinham um caráter democrático, pois as características da organização escolar aproximavam-se a uma organização empresarial, somente na década de 1980 com as discussões e reformas que ocorreram nos cursos de licenciatura foram que estes estudos ganharam um enfoque crítico, tornado necessário pelo fato de ter que integrar a escola ao modelo de organização capitalista (Libâneo, 2004). Surgindo a partir deste momento dois modelos de organização escolar, nos quais foram: científico-racional e a sócio-crítica.

A concepção científico-racional tem uma estrutura organizacional centralizada e hierarquizada nas mãos dos gestores, sendo definido por eles as normas, regulamentos, cargos e funções que serão realizadas, além de conter pouco ou nenhum envolvimento de pessoas. Já

¹ Acadêmico do curso de Pedagogia da UERN, Campus Central. Bolsista do PIBIC/CNPq, atuando na pesquisa “Investigando a Escola Pública sob a Perspectiva da Família”.

² Professora Doutora da Faculdade de Educação da UERN, Campus Central. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação.

³ Professor Especialista do Departamento de Educação, Campus Pau dos Ferros/UERN. Mestrando em Educação pela mesma universidade.

a concepção sóciocrítica tem uma visão organizacional mais abrangente, descentralizando a gestão escolar, tem como objetivo integrar e envolver gestores, docentes, pais, alunos e funcionários da escola.

Nas últimas décadas intensificaram os estudos de diversos autores, tais como: Medeiros Neto (2011), Martins (2011), Castro (2011), Marques (2008), Dourado (2007), Thin (2006), Carvalho (2004) que dedicaram seu tempo a estudar o processo de descentralização da gestão escolar, que vem ganhando força com a Constituição Federal de 1988 que contém em seus códigos de leis, os princípios necessários para a busca pela descentralização da gestão escolar, além de exigir a qualidade de ensino como direito de todos.

A construção deste trabalho parte da pesquisa intitulada: *Investigando a Escola Pública sob a perspectiva da família*, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte - FAPERN e vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Educação e Sociedade – GEPEES e com bolsa de Iniciação Científica do CNPq, entendendo que a participação dos pais é fundamental para o processo de democratização da gestão escolar, objetiva-se levantar dados com os pais para entender como eles participam deste processo.

Procura-se com este texto considerar a importância da família para a construção de uma gestão democrática e um ensino de qualidade, entendendo que para que isto aconteça os pais precisam conhecer os elementos democratizadores e lutarem para que se tenha políticas e ações articuladas que contribuam para o processo de descentralização da gestão escolar.

Para este artigo, utilizou-se como procedimentos metodológicos a leitura e o fichamento dos artigos publicados na Revista Educação e Sociedade e na Revista Brasileira de Educação, entre os anos de 2004-2012, seguido com a apresentação e discussão das leituras envolvendo os membros do grupo da pesquisa com o intuito de obter maior compreensão sobre os referentes artigos estudados.

A Revista Brasileira de Educação está vinculada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPE de com co-edição com a Editora Autores Associados em que foi lançado como publicação quadrimestral, publicando artigos inéditos e atuais na área de educação que contribuem para fomentar e facilitar o intercâmbio acadêmico nacional e internacional, contendo o qualis A1.⁴

A Revista Educação e Sociedade é um importante periódico na área da Educação conhecido nacionalmente no Brasil. Ela foi lançada como publicação quadrimestral no ano de

⁴Informações de acordo com o site da revista disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>

1978, mas em 1995 a revista passou por uma transformação tornando-se trimestral na área da educação, contendo o qualis A1.⁵

Este referente texto tem como intuito mostrar a importância de um sistema de ensino que contenham programas articulados e que envolvam em sua elaboração a participação dos pais, em que entendemos que com isso irá influenciar diretamente no processo de descentralização da gestão escolar e de um ensino de qualidade. De maneira subsidiária, busca-se saber fatores que irão facilitar o processo da descentralização da gestão.

O trabalho se constitui de uma única seção em que serão debatidos os fatores que contribuem para a descentralização da gestão com base em Medeiros Neto (2011), Martins (2011), Castro (2011), Marques (2008), Dourado (2007), Thin (2006), Carvalho (2004) que estudam o referente tema, além da participação dos pais, alunos e comunidade que estão envolvidos nas instituições escolares. Objetiva discutir e apresentar os avanços e as falhas que compõem os programas educacionais facilitando desta maneira a sua desarticulação e a falta de envolvimento dos pais na construção do mesmo.

Gestão Escolar: Limites e perspectivas da democratização

A descentralização da gestão escolar tem sido um tema que vem ganhando destaque nos debates sobre a democratização da gestão escolar, por diversos autores, das diferentes Revistas Brasileira de Educação, que tem contribuído de maneira direta e significativa para a melhor compreensão e avanço de um ensino democrático e de qualidade.

Na escola, o homem, encontrou o ambiente propício para a produção e apropriação do saber, podendo ela ocorrer de maneira coletiva ou não, quando a produção do saber conta com o envolvimento de todos que compõem a escola, ela acaba perdendo um caráter gerencial e centralizado, se abrindo para o processo de democratização da gestão escolar. Percebe-se a necessidade de ações e políticas voltadas para uma gestão ampla que esteja aberta e relacionada ao Projeto Político Pedagógicos das escolas, além de buscar e abrir espaço para o envolvimento da sociedade civil nos saberes e decisões que ocorre no lócus das escolas.

Segundo Dourado (2007)

“a democratização dos processos de organização e gestão deve considerar as especificidades dos sistemas de ensino, bem como os graus progressivos de autonomia das unidades escolares a eles vinculados, e buscar a participação da sociedade civil organizada, especialmente o envolvimento de trabalhadores em educação, estudantes e pais”. (p.925)

⁵Informações de acordo com sítio da revista disponível em:http://www.cedes.unicamp.br/rev_apresentacao.htm

Com base em Dourado (2007) percebe-se que há uma desarticulação dos programas do sistema de ensino Brasileiro prejudicando desta maneira o envolvimento, principalmente, dos pais e dos trabalhadores em educação no processo de descentralização da gestão escolar.

Atualmente a Educação Brasileira encontra seu sistema de ensino de maneira desordenada, faltando às comunicações necessárias entre seus diversas políticas, programas e ações, além da falta de envolvimento dos pais, alunos, comunidade, gestores, professores e os demais funcionários de maneira coletiva na sua construção.

A democracia só acontece de fato quando se caracteriza por ser coletivo-participativa, não tendo uma identidade estática, sendo organizada no marco da sociedade civil e não de um Estado centralizado, que deve se abrir para possibilidades de amadurecimento e autotransformação, já que se caracteriza pela sua diversidade. Segundo Marques (2008) *apud* Neves (2001) “o princípio da igualdade só se realiza enquanto viabiliza respeito recíproco e simétrico às diferenças” (p. 334).

A gestão escolar irá se torna mais democrática quando ocorrer em seu espaço uma política de reconhecimento em que será respeitada a identidade e a visão de mundo dos grupos menos privilegiados, permitindo desta maneira haver um diálogo entre o “eu” e o “outro”, que irá contribuir de forma positiva para o reconhecimento das diferenças e permitindo a autovalorização, admiração e o reconhecimento do “outro”.

Uma gestão escolar descentralizada caracteriza-se pela relação de um indivíduo com maiores poderes não ver o “outro” como inimigo/oposição a ser destruído, mas como um adversário a ser admirado e reconhecido, para Marques (2008) *apud* Mouffe (2003) “(...) a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com os valores democráticos” (p. 14).

A educação brasileira torna-se um lugar caracterizado por um cenário ambíguo no qual conta tanto com programas e ações voltadas para o caráter democrático de descentralização da gestão escolar, como também programas e ações que facilitam o caráter gerencial ampliado nas mãos dos gestores. percebe desta maneira a falta de organização do sistema de ensino brasileiro que conta com políticas e ações desarticuladas, além de não contar com participação da sociedade na construção de alguns importantes programas e políticas, facilitando desta maneira meios para que haja um controle administrativo do gestor da escola. Um exemplo claro, é o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que não contou com o envolvimento da sociedade na sua construção, além de carecer com apoio técnico-pedagógico.

Segundo Dourado (2007) *apud* Freitas (2004) o PDE assumiu um caráter voltado para as necessidades da lógica capitalista que se estruturou por meio de “uma nova cultura organizacional firmada sobre princípios de gestão estratégica e do controle de qualidade total, orientada pela racionalização, a eficiência e a eficácia” (p.931). Sendo entendido que é necessário a criação de um espaço democrático onde fosse efetivo a participação da sociedade civil de maneira coletiva.

A melhoria da qualidade de ensino está alicerçada com uma gestão aberta e que contenham programas e ações articulados e que conte com envolvimento de toda a sociedade, mas para que isto aconteça precisa ser observado o conjunto de fatores intra e extra escolares que segundo Dourado (2007)

“se referem às condições de vida dos alunos e de suas famílias, ao seu contexto social, cultural e econômico e à própria escola – professores, diretores, projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional, ambiente escolar e relações intersubjetivas no cotidiano escolar. (p.940-941)

A escola se constitui por ser um espaço onde encontramos a diversidade, nele estão dois polos distintos formados por mediadores da educação que no caso são os professores, membros da sociedade assalariada, enquanto do outro lado está os estudantes e suas famílias que são pertencentes à classe dominada. Desta maneira é que Thin (2006)

“nos levaram a entender essas relações naquilo em que são urdidas por dissonância e tensões entre lógicas socializadoras divergentes, até mesmo contraditórias, e , finalmente como o lugar de uma confrontação desigual entre dois modos de socialização: um, escolar e dominante; o outro, popular”(p.212).

Compreende que estas diferenças culturais e sociais fazem com que os educadores e os estudantes e a família entrem em “choque” direto, fazendo com que não haja uma política de reconhecimento entre eles, não permitindo as diferenças e autovalorização e dificultando desta maneira a descentralização da gestão escolar.

A falta de informação sobre as regras e do conhecimento escolar fazem com que os pais, não tentem participar de forma ativa da escolarização dos filhos, e quando participam têm que ceder a regras impostas pelos docentes. Desta maneira, acaba que facilitando para que ocorra uma participação episódica, que se caracteriza por ser somente em festas, eventos, data comemorativa e entres outras datas em que os pais se envolvem rapidamente. Assim irá contribuir para uma gestão centralizada em que as decisões são tomadas de forma individual pelos gestores e professores das escolas.

Segundo Jonas (2012) *apud* Carneiro (2004)

“conclui que um grande número de pais tem uma postura passiva e limitada participando (...) com maior incidência apenas em certos eventos lembra a participação episódica, que se caracteriza por ser aquela que ocorre apenas em períodos específicos, restringindo-se a colaboração restrita a levar os filhos à escola, pagar a APM, ir a reuniões de pais e mestres, e etc” (p.81).

Com base em Carneiro (2004) constatamos que este tipo de participação episódica contribui para a uma gestão escolar centralizada, ocorrendo por uma falta de entendimento por parte dos pais sobre o funcionamento dos elementos democratizadores, nos quais são: Conselho escolar, Projeto Político Pedagógico, Eleição para gestores e etc. Entendendo a importância dos pais terem o conhecimento destes elementos democratizadores que contribuam efetivamente para o processo de descentralização da gestão e conseqüentemente para uma melhoria da qualidade de ensino.

Os conselhos escolares são elementos democratizadores que configuram-se historicamente, como espaços democráticos de participação de gestores, docentes, pais, alunos, funcionários e comunidade. Em que segundo a Portaria Ministerial, tem os seguintes objetivos:

I - Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; II - apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; III - instituir políticas de indução para implantação de conselhos escolares; IV - promover, em parceria com os sistemas de ensino, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância; V - estimular a integração entre os conselhos escolares; VI - apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; e VII - promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação.

Podemos constatar que muito destes objetivos garante o processo de descentralização da gestão, mas pela falta de conhecimento sobre eles a participação muitas vezes ocorre de forma passiva e limitada, facilitando a centralização na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas Brasileiras.

Segundo Jonas (2012)

“A Participação episódica dos pais nas escolas dificulta o processo de gestão democrática e de melhoria na qualidade de ensino pelo fato de se caracteriza uma ação passiva e limitada de colaboração dos pais em determinados períodos específicos ocorrendo por meio de uma colaboração restrita em ir para as reuniões de Pais e Mestres, pagar a Associação de Pais e Mestres (APM), levar os filhos a escola e entre outras maneiras, de forma apenas executiva, como se isto que eles estariam fazendo fosse uma obrigação do Estado” (p.08).

Mas muitos fatores intra e extra escolares contribuem para a participação episódica, uma delas e explicada por Thin (2006), quando ele ressalta que “essa confrontação entre dois

pólos (o pólo das lógicas escolares e o pólo das lógicas populares) é, ao mesmo tempo, o encontro entre um pólo dominante e um pólo dominado, o que justifica a proposição de uma confrontação desigual” (p.215). Concluindo que os pais muitas vezes tem que entra no jogo da escolarização escolar impostas pela pólo dominante, pensando no futuro dos seus filhos, percebendo que a educação possa ser a única saída para um futuro melhor.

Uma das maneiras encontrada por Carvalho (2004) para tentar unir estes dois polos tão distintos foi aplicação do dever de casa nas escolas, com base em estudos realizados pela autora o dever de casa se constitui de um grande elemento democratizador, pois ele permite a formação de uma aliança entre os pais e os docentes.

Segundo Carvalho (2004)

“o principal meio de interação família–escola, o dever de casa passa, de uma política tácita informal desenvolvida por famílias e escolas (e seus agentes), a uma política formal que articula os esforços educativos destas instituições. Nesse sentido, o foco no dever de casa pode servir como uma janela para olhar as relações família escola e abordá-las de vários ângulos” (p.95).

Com base em Carvalho (2004) percebemos a importância dos deveres de casa que estão contribuindo de forma positiva para o amadurecimento de uma aliança entre a família e a escola, que irá facilitar tanto no processo de descentralização da gestão escolar como na melhoria da qualidade de ensino quando pensado em um mecanismo de reforço escolar. Mas para que isso aconteça é preciso que os docentes utilizem dos conhecimentos prévios dos alunos, além de fatos do cotidiano para que os pais possam se apropriar do assunto e se envolver na prática do dever de casa.

Estudos realizados nos Estados Unidos por pesquisadores e intelectuais perceberam a importância do dever de casa para o desenvolvimento acadêmico do aluno, mas só esta prática não bastaria, pois teria que ter o acompanhamento de algum membro da família com tempo disponível e que esteja sempre atualizado (CARVALHO, 2004).

Na década de 1990 foram implementadas nas escolas dos Estados Unidos o dever de casa como política obrigatória e que os pais deveriam participar deste exercício sendo punidos aqueles que fossem contra esta obrigação. Segundo Carvalho (2004) “A parceria família–escola tornou-se a oitava meta da educação nacional do Governo Clinton, que prescreve a participação dos pais no desenvolvimento social, emocional e acadêmico das crianças(NationalEducationGoalsPanel,1995)” (p.98).

Carvalho (2004) em sua pequena análise comparativa entre Brasil e os Estados Unidos, nos faz perceber muitas diferenças sócias, econômicas e políticas entre estas diferentes nações, entendendo a necessidade de uma implementação de uma política mais rígida no sistema de ensino Brasileiro de forma a contribuir para uma aliança família-escola que facilitará a descentralização do gestor escolar.

Considerações Finais

Este trabalho pretendeu analisar importância de programas e ações voltadas para o processo de descentralização da gestão, envolvendo a participação dos pais no ambiente escolar, tomando como referenciais os números de 2004-2011 das Revistas: Brasileira de Educação; Educação e Sociedade. Além de contar com as discussões que ocorreram no grupo de pesquisa intitulado: *Investigando a Escola Pública sob a perspectiva da família*.

Autores como Neto (2011), Martins (2011), Castro (2011), Marques (2008), Dourado (2007), Thin (2006) contribuíram nas últimas décadas para a compreensão do processo de descentralização da gestão escolar. Percebemos que ainda falta ocorrer muitas mudanças democráticas nos cenários políticos, sociais e econômicos que irá contribuir para o envolvimento da sociedade civil na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas Brasileiras.

A Constituição Federal de 1988 é um importante elemento democratizador, pois em seus artigos contêm princípios que buscam a superação do controle centralizado nos gestores escolares, além exigir e garantir uma qualidade de ensino como direito de todos.

Conclui-se que as causas para o não envolvimento dos pais nas escolas ocorre por diversos fatores, nos quais alguns são: desarticulação entre os programas e ações do sistema de ensino; o não envolvimento dos pais; ausência de embasamento técnico-pedagógico na elaboração de programas e ações do sistema de ensino; a falta de conhecimento dos elementos democratizadores (Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico, Eleição para gestor e etc), a escola dividida por dois pólos distintos (dominante (escola) e dominado (alunos e família) e entre outros).

Com base em Carneiro (2004) percebe-se a importância da implementação de conselhos escolares para o envolvimento dos pais na gestão escolar contribuindo para o processo descentralização, além da transparência e fiscalização de verbas enviadas para as escolas da rede pública.

Um importante meio de descentralização da gestão escolar e o envolvimento dos pais no dever de casa dos seus filhos traz contribuições para que se crie um no de aliança entre a família-escola e faça com que traga mudanças tanto na qualidade de ensino com para uma descentralização da gestão escolar.

Concluimos que a implementação do dever de casa nos Estados Unidos foi um grande avanço para área da educação trazendo grandes contribuições para a aliança escola-família, entendendo que esta seja alguma das medidas necessárias a serem tomadas para a melhoria do ensino de qualidade, além de contribuir de maneira significativa e subsidiária para o processo de descentralização da gestão escolar.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Maria Aparecida Lopes. A participação da comunidade escolar e suas implicações para prática democrática da escola. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 10, n. 18, p.67-84, 2004.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola**, **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 10, n. 25- Especial p. 94-104, jan/fev/mar/abril. 2004.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**, **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 921-946, out. 2007.
- AMORIM, Jonas Leonardo Mesquita de; MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; SOUZA, Allan Solano. **Gestão Escolar na perspectiva de sua democratização: uma análise à luz das contribuições da Revista Linhas Críticas (2004-2011)**. Mossoró, 2012.
- LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004. P.119-113.
- MARTINS, Ângela Maria. **Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil / Portugal**, **Revista Brasileira de Educação**, vol. 16, n. 46, jan./abr. 2011.
- MARQUES, Luciana Rosa. **Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação**, **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.
- NETO, Antonio Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial**, **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011.
- THIN, Daniel. **Para uma análise das relações entre famílias de baixa renda e escola: confrontação entre lógicas socializadoras**, **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 32, maio/ago. 2006.